



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

19
12

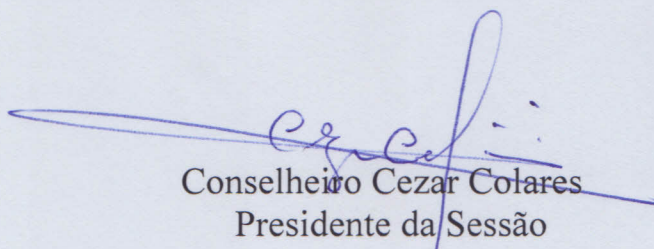
RESOLUÇÃO Nº 11.923

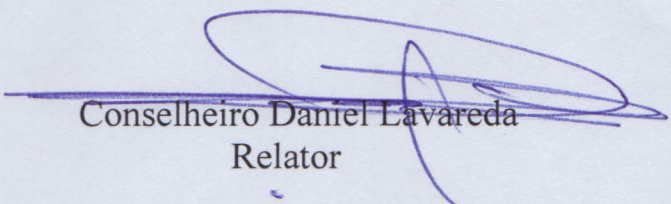
Processo : 201503933-00
Origem : Câmara Municipal de Augusto Corrêa
Assunto : Consulta
Responsável : Carlos Melo Lima Júnior
Relator : Cons. Daniel Lavareda

EMENTA: C.M. de Augusto Corrêa. Consulta referente ao pagamento de Vereador licenciado para exercer cargo de Secretário Municipal.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão, orientar que por inteligência do art. 29, IX da CF/88 e art. 16, IV, §2º da Lei Orgânica do município de Augusto Corrêa, é facultado ao Vereador optar pela remuneração que desejar, se optar pelo subsídio da vereança o mesmo permanecerá sob responsabilidade do Poder Legislativo e; se a opção for pelo subsídio do cargo de Secretário a responsabilidade do pagamento caberá ao Poder Executivo, observando sempre as normas que a Lei Orgânica dispuser.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 16 de junho de 2015.


Conselheiro Cezar Colares
Presidente da Sessão


Conselheiro Daniel Lavareda
Relator

Presentes: Conselheiros Mara Lúcia, Antônio José, Sérgio Leão e a Procuradora Maria Regina Cunha.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

20
21

RESOLUÇÃO : 11 - 923
PROCESSO Nº : 201503933-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : CÂMARA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA
INSTRUÇÃO : DAM

RELATÓRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORREA, devidamente representada nos autos por seu Presidente, encaminhou CONSULTA TÉCNICA (fls. 01/02) a esta Corte de Contas, com amparo no art. 300 do Regimento Interno desta Corte de Contas, onde suscita o seguinte questionamento:

- A quem cabe a responsabilidade do pagamento do subsídio do vereador licenciado para exercer o cargo de Secretário Municipal junto ao Poder Executivo, levando em conta a opção da remuneração prevista no art. 16, IV e § 2º da Lei Orgânica Municipal?

Em conformidade com o art. 300, § 4º, do RITCM/PA (Ato nº 16/2013), determinei ao DAM a elaboração de análise técnica, com vistas a elaboração de parecer e juntada de eventuais precedentes desta Corte de Contas, que atendessem a solicitação sob análise, a qual foi elaborada e juntada aos autos, via Parecer nº 05/2015 (fls. 04/13), que torno parte integrante do presente relatório:

"RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Presidente da Câmara Municipal de Augusto Corrêa, solicitando a manifestação desta Corte de Contas quanto a quem cabe a responsabilidade pelo pagamento do subsídio do Vereador que se licencia para o cargo de Secretário Municipal, levando em conta a opção da remuneração prevista no artigo 16, inciso IV e §2º da Lei Orgânica Municipal.

É o relatório.

1. DO AMPARO LEGAL DA CONSULTA

Em cumprimento ao parágrafo 4º do artigo 300¹ do Regimento Interno desta Corte de Contas, esta diretoria apresenta o seguinte estudo de mérito da questão suscitada objetivando subsidiar a decisão do Conselheiro Relator, caso decida pela apresentação de proposta de Resolução para deliberação plenária².

2. DO MÉRITO

2.1 Dos precedentes desta Casa quanto ao objeto da Consulta.

A matéria foi objeto de consulta a esta Casa no Processo nº 201400868, que respaldaram a Resolução nº 11.747 e ao Prejudicado de Tese nº 006/2015, cujo relatório e cópia encontram-se

¹ § 4.º Havendo necessidade para subsidiar seu parecer, o Conselheiro Relator poderá determinar a manifestação de outra unidade técnica especializada do Tribunal.

² § 5.º Com a instrução completa, o Conselheiro Relator apresentará proposta de Resolução com a resposta da consulta para deliberação plenária.

Daniel Lavareda
Conselheiro TCM/PA



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 923
PROCESSO Nº : 201503933-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : CÂMARA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA
INSTRUÇÃO : DAM

em anexo.

Elucidamos que apesar do caso apresentado no processo acima ser distinto do atual questionamento, a resposta no parecer técnico atende ao consulente:

2. DO MÉRITO

2.1 Da Previsão Constitucional das Incompatibilidades e Impedimentos dos Vereadores

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 29 prevê que os Municípios devem reger-se mediante Lei Orgânica atendendo os princípios da Carta Magna, bem como a Constituição de seu respectivo Estado. É neste artigo, inciso IX, que vislumbramos as disposições quanto às restrições do exercício da vereança:

Art. 29 O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

(...)

IX - proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e na Constituição do respectivo Estado para os membros da Assembleia Legislativa;

Assim é no artigo 54, I, b e inciso II, b da CF/88 que encontramos os impedimentos dos Deputados e Senadores, atinentes ao tema:

Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I – desde a expedição do diploma:

a) (...)

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis “ad nutum”, nas entidades constantes da alínea anterior.

II – desde a posse:

a) (...)

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis “ad nutum”, nas entidades referidas no inciso I, “a”. (grifo nosso)

O artigo 56, inciso I (CF/88) disciplina as situações em que o Deputado ou Senador não perderá o mandato, caso seja investido em outro cargo político, acrescentando, ainda, no § 3º a possibilidade do agente optar pela remuneração:

Art. 56. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I – investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária.

II - (...)

§ 1º – O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 3º- Na hipótese do inciso I, o Deputado ou Senador poderá optar pela remuneração do mandato. (grifo nosso)

Desta forma, a Constituição Federal de 1988 determina as hipóteses em que o Parlamentar,



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 923
PROCESSO Nº : 201503933-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : CÂMARA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA
INSTRUÇÃO : DAM

federal, estadual ou municipal, poderá assumir cargo ou função demissível "ad nutum" em pessoa jurídica de direito público, devendo este licenciar-se da função parlamentar, preservando-se o direito de optar pela remuneração do cargo ou do subsídio de agente político. Esse entendimento foi adotado pelo ilustre Ministro Joaquim Barbosa no MS 25.579-MC, quando relatou:

"Tramitação e processamento de representação por quebra de decoro parlamentar. Deputado federal licenciado e investido no cargo de ministro de Estado. Liminar indeferida. (...) O membro do Congresso Nacional que se licencia do mandato para investir-se no cargo de ministro de Estado não perde os laços que o unem, organicamente, ao Parlamento (CF, art. 56,I). Consequentemente, continua a subsistir em seu favor a garantia constitucional da prerrogativa de foro, em matéria penal (Inq 777-3-QO/TO, Rel. Min. Moreira Alves, DJ de 1º-10-1993), bem como a faculdade de optar pela remuneração do mandato (CF, art. 56, §3º). Da mesma forma, ainda que licenciado, cumpre-lhe guardar estrita observância às vedações e incompatibilidades inerentes ao estatuto constitucional congressista, assim como às exigências ético-jurídicas que a constituição (CF, art. 55, §1º) e os regimentos internos das casas legislativas estabelecem como elementos caracterizados do decoro parlamentar."

2.2 Da Previsão na Lei Orgânica Municipal

A Lei Orgânica Municipal deve amparar o feito relativo aos vereadores para que se torne legítimo o licenciamento de um parlamentar municipal do cargo eletivo para exercer funções como Secretário Municipal ou Procurador do Município, com respeito total aos preceitos constitucionais.

O mestre Hely Lopes Meireles em sua obra *Direito Municipal Brasileiro* esclarece:

Finalmente, é de se relembrar que as questões relativas a impedimentos ou incompatibilidades, bem como as concernentes a posse e exercício de mandato, deverão ser solucionadas pela própria Câmara dos Vereadores, segundo previsão na lei orgânica do Município, e só serão revistas pela justiça comum (e não pela Eleitoral) quando ilegais e ofensivas de direito líquido e certo do postulante.

As regras conferidas pela Constituição Federal não se aplicam automaticamente, devendo a Lei Orgânica do Município prever expressamente os impedimentos ou incompatibilidades para o exercício do mandato de vereador, consoante o estabelecido na CF/88.

Em recente manifestação no RE 810203-SC, publicada no Diário da Justiça em 01/10/14, a Ministra Relatora Cármen Lúcia do STF ratificou a observância da Constituição Federal quanto à previsão das incompatibilidades e impedimentos dos Vereadores nas Leis Orgânicas Municipais. Trechos da decisão abaixo exposta:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO EM EMPRESA PÚBLICA ESTADUAL COM CARGO ELETIVO MUNICIPAL. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

A Constituição Federal dispõe: Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 923
PROCESSO N° : 201503933-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : CÂMARA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA
INSTRUÇÃO : DAM

Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: IX - proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e na Constituição do respectivo Estado para os membros da Assembleia Legislativa. **O texto constitucional estabelece que a lei orgânica municipal deverá observar, no que couber, as mesmas proibições e incompatibilidades relativas aos Deputados e Senadores.** A disciplina dessas proibições e incompatibilidades, por seu turno, encontra-se no art. 54 da Constituição: (...) Assim, as proibições e incompatibilidades dos Deputados e Senadores serão aplicáveis aos Vereadores "naquilo que couber".

(...)

É certo que os impedimentos ou incompatibilidades para o exercício do mandato de vereador devem estar expressamente previstos na lei orgânica municipal, não se aplicando automaticamente as regras da Constituição aos edis. Mas a lei orgânica, deve disciplinar tais incompatibilidades, à luz do que estabelece a CR.

(...)

A legislação municipal não pode reduzir as proibições e incompatibilidades previstas na Constituição, para o exercício da vereança, por se tratar de norma de absorção compulsória pelos municípios, em virtude do art. 29, IX, da CR. **Além disso, a expressão "no que couber", utilizada em tal artigo, obriga que se concilie o conjunto de prerrogativas e de limitações com dispositivos outros, também de cunho constitucional, que formatam o regime a ser observado quanto aos edis.** Assiste razão, assim, ao MPSC, ao concluir pela inconstitucionalidade do art. 14 da Lei Orgânica do Município de Videira, ao restringir a proibição prevista no art. 54 e 29 da CR, quanto à cumulação do cargo de vereador com outro cargo demissível ad nutum, em qualquer pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, não apenas no âmbito municipal.

A matéria em questão encontra na Corte Suprema e na doutrina manifestações claras que obrigam a Lei Orgânica Municipal dispor sobre as restrições ao exercício da Vereança, com obediência plena e absoluta à Constituição Federal.

Desta forma, qualquer preceito inserido na Lei Orgânica Municipal que venha contrariar uma determinação da Constituição Federal é considerado ato de inconstitucionalidade e no fato arguido por esta consulta a opção remuneratória que um parlamentar municipal possa fazer pelo fato de vir a exercer um cargo amparado legalmente na administração do município é legítima, não podendo ser contrariado.

Nos Estados de Minas Gerais e da Bahia, tivemos casos semelhantes e o desfecho estão no bojo dos instrumentos judiciais citados a baixo.

Julgado do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

Processo: AI 10534130034836001 MG

Relator(a): Sandra Fonseca

Julgamento: 08/04/2014

Órgão Julgador: Câmaras Cíveis / 6ª CÂMARA CÍVEL

Publicação: 23/04/2014

**AGRAVO DE INSTRUMENTO - VEREADOR DO MUNICÍPIO DE LAGAMAR
NOMEADO PARA O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL - EXERCÍCIO DO
DIREITO DE OPÇÃO PELO SUBSÍDIO DA VEREANÇA - GARANTIA ASSEGURADA**

Daniel Lavareda
Conselheiro TCM/PA

24
07



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 923
PROCESSO Nº : 201503933-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : CÂMARA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA
INSTRUÇÃO : DAM

PELA LEI ORGÂNICA LOCAL - INVOCAÇÃO PELA CÂMARA DOS VEREADORES DE ALCANCE DO TETO COM O PAGAMENTO DA FOLHA DE PESSOAL - INVIABILIDADE DE PREJUÍZO AO DIREITO DO PARTICULAR - VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES INICIAIS - EXISTÊNCIA - FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO - VERBA ALIMENTAR - CARACTERIZAÇÃO - ORDEM DE IMEDIATO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO OPTADA PELO POSTULANTE - ADEQUAÇÃO - DECOTE DO PAGAMENTO EM DUPLICIDADE - MULTA COMINATÓRIA - REDUÇÃO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1 - Havendo norma na Lei Orgânica do Município de Lagamar (LOM, art. 51, § 2º) que assegura ao Vereador nomeado para o cargo de Secretário Municipal o direito de optar pelo subsídio da vereança, em compatibilidade com a ordem constitucional, que disciplina regra semelhante (CF, art. 38, I e II), é devida a ordem liminar que determina à Câmara de Vereadores observância à garantia reconhecida ao postulante.

2 - A invocada carência de recursos financeiros do órgão legislativo, a resultar no suplante dos limites de gastos com pagamento da folha de pessoal, decorrente da recente majoração do subsídio dos Vereadores e implemento do décimo terceiro salário, com importantes reflexos nos gastos da Câmara local, em princípio, não revela fundamento bastante para elidir o direito de opção do edil nomeado Secretário Municipal.

3 - Evidenciado que o pagamento dos Vereadores é realizado em referência à competência corrente, e não aquela imediatamente pretérita, decota-se a ordem de pagamento retroativo de subsídio que já foi pago ao particular demandante.

4 - Vislumbrada a excessividade da multa diária fixada no primeiro grau, exsurge necessária a corresponde redução, para alcance de quantia razoável e que bem atenda ao objetivo de garantir o cumprimento da ordem judicial.

Julgado do Tribunal de Justiça da Bahia:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

Processo: APL 00003550220118050263 BA 0000355-02.2011.8.05.0263
Relator(a): Maria do Socorro Barreto Santiago
Julgamento: 09/10/2012
Órgão Julgador: Segunda Câmara Cível
Publicação: 16/11/2012

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PRAZO EM DOBRO. RECORRENTE QUE ATUA EM NOME PRÓPRIO. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE PRERROGATIVA DA FAZENDA PÚBLICA. INTEMPESTIVIDADE DECLARADA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO, EM FACE DO REEXAME NECESSÁRIO QUE DEVOLVE TODA A MATÉRIA DECIDIDA. VEREADOR NOMEADO SECRETÁRIO MUNICIPAL. OPÇÃO


Daniel Lavareda
Conselheiro TCM/PA



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 923
PROCESSO Nº : 201503933-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : CÂMARA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA
INSTRUÇÃO : DAM

PELA REMUNERAÇÃO REFERENTE À FUNÇÃO LEGISLATIVA. RESPONSABILIDADE DA CÂMARA PELO PAGAMENTO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. JURIDICIDADE DO PROVIMENTO DE PRIMEIRO GRAU. SENTENÇA MANTIDA.

Cuida-se de Apelação contra sentença que concedeu a segurança pleiteada para determinar que a Câmara Municipal arcasse com a remuneração do vereador nomeado para a Secretaria do Município. O Chefe da Casa Legislativa recorreu em nome próprio e indevidamente se valeu da prerrogativa inerente à Fazenda Pública, utilizando-se do prazo dobrado. Intempestividade declarada mas tornada inócua, ante a devolução integral da matéria para reexame necessário. O Artigo 56, I, da CF assegura ao deputado Federal o direito de se afastar do cargo que ocupa no legislativo para assumir Secretaria Estadual, vedando a cumulação. O STF pacificou entendimento de que as leis orgânicas devem guardar simetria ao modelo federal, razão pela qual idêntico tratamento se reserva ao Impetrante investido de vereança. Assim, considerando que a assunção de cargo no secretariado não implica perda do cargo legislativo anterior e que não é possível a cumulação, resta ao agente fazer a opção e o Impetrante o fez pela manutenção da remuneração de parlamentar, atraindo a obrigação do poder legislativo. A manutenção do vínculo, por sua vez, impõe o ônus ao legislativo que, frise-se, não estará infringindo a LEF pelo simples fato de cumprir com o seu desiderato. A inexistência de prova de incapacidade para se desincumbir da obrigação ratifica a pretensão do Impetrante, além de realçar a necessidade de adequação orçamentária e financeira para abarcar a remuneração de todos os Edis, inclusive aqueles que façam a opção resultante da imposição constitucional. Lado outro, embora independentemente dividido em três poderes, o ente público é uno em sua destinação, não havendo que se falar em enriquecimento ilícito se os serviços prestados ao Município são devidamente remunerados pelo poder ao qual o agente optou legitimamente por se manter vinculado. Assim, em consonância com o opinativo ministerial fica a juridicidade da sentença examinada e ratificada na forma do voto condutor. Apelo não conhecido por intempestividade. Recurso necessário Improvido. Sentença integrada. (grifo nosso)

No caso em que o Parlamentar por livre e espontânea vontade optar pela remuneração do cargo em que fora investido na Administração Municipal renunciará aos subsídios de vereador e será remunerado pela fonte que o nomeou, fato apreciado em julgado do Tribunal de Contas de Pernambuco:

PROCESSO T.C. Nº 1102678-9
SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26/10/2011
CONSULTA
INTERESSADO: FLÁVIO ROBERTO DE ARAÚJO JUCÁ, PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO EGITO
RELATOR: CONSELHEIRO, EM EXERCÍCIO, ADRIANO CISNEIROS
ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO
ACÓRDÃO T.C. Nº 822/11



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 923
PROCESSO Nº : 201503933-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : CÂMARA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA
INSTRUÇÃO : DAM

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo T.C. nº 1102678-9, ACORDAM, à unanimidade, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do voto do Relator, que integra o presente Acórdão, considerando o Parecer MPCO nº 634/2011, responder ao Consulente nos exatos termos ali propostos, como segue:

É permitido ao vereador no exercício do mandato se licenciar para exercer cargo em comissão de Secretário de Município.

Conforme regra constante na Lei Orgânica do Município de São José do Egito, o vereador investido no cargo de Secretário Municipal poderá optar pela remuneração do mandato que "... será paga pelo Poder Executivo Municipal diretamente, onde está vinculado, no mesmo valor da remuneração do vereador no exercício do mandato".

Apenas o vereador titular licenciado faz jus à opção pela remuneração do mandato no exercício do cargo de Secretário. O suplente de vereador apenas tem direito a perceber a remuneração do mandato quando efetivamente exercendo a vereança.

PROCESSO T.C. Nº 0601340-5

CONSULTA

INTERESSADO: SR. DEILSON FREIRE MORORÓ, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PETROLINA

ADVOGADO:

RELATOR: AUDITOR LUIZ ARCOVERDE FILHO, CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO

ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO

DECISÃO T.C. Nº 0744/06

Decidiu o Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em sessão ordinária realizada no dia 19 de julho de 2006, responder ao Consulente nos exatos termos propostos pelo Ministério Público de Contas em seu Parecer, como segue:

I. Por força de permissivo da Lei Orgânica do Município de Petrolina, o Vereador pode licenciar-se do mandato eletivo para exercer o cargo de Secretário Municipal;

II. O Vereador licenciado para exercer o cargo de Secretário Municipal poderá optar por qualquer uma das suas remunerações;

III. Optando pela remuneração do mandato eletivo de Vereador, cabe à Câmara Municipal arcar com o ônus do pagamento. Optando pela remuneração do cargo de Secretário Municipal, esse ônus recai sobre o Executivo. Registre-se que nessas hipóteses a Lei Orgânica pode dispor de modo diverso;

IV. Na hipótese da opção recair sobre a remuneração do mandato eletivo, o seu pagamento pela Câmara Municipal, bem como do suplente convocado, deverão ser computados para efeito dos limites constitucionais, como também para efeitos dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Da Conclusão:

O teor da consulta não pode ser respondida, conforme a arguição apresentada, pelo feito padecer de amparo constitucional, conforme prevê o artigo 56, I, § 1º e § 3º da Constituição Federal de 1988, que dá plena liberdade ao parlamentar para exercer cargos na Administração Municipal, tais como Secretário Municipal ou Procurador Municipal, devendo esse licenciar-se do mandato, podendo optar pela manutenção dos subsídios de Vereador.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 923
PROCESSO Nº : 201503933-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : CÂMARA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA
INSTRUÇÃO : DAM

Com relação ao entendimento da adoção do princípio da irretroatividade alegado pelo Poder Executivo entendemos não caber neste processo, uma vez que, a matéria padece de amparo constitucional.

Da Conclusão

É facultado ao Vereador o direito de assumir o cargo de Secretário Municipal, bem como, o de optar pela remuneração que desejar, se pelo subsídio de Vereador ou de Secretário.

Se este optar pelo subsídio da vereança, o mesmo permanece sob responsabilidade do Poder Legislativo; se a opção for pelo subsídio do cargo de Secretário Municipal a responsabilidade do pagamento cabe ao Poder Executivo, observando sempre as normas que a Lei Orgânica dispuser."

É o relatório.



Daniel Lavareda
Conselheiro TCM/PA



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 923
PROCESSO Nº : 201503933-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : CÂMARA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA
INSTRUÇÃO : DAM

VOTO

Preliminarmente, cumpre analisar a regularidade da presente consulta, integral a qual se confirma, dado o atendimento integral das formalidades insculpidas no artigo 1º, inciso XVI, da LC nº 084/2012, tendo sido formulada por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste TCM-PA, pelo que passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta.

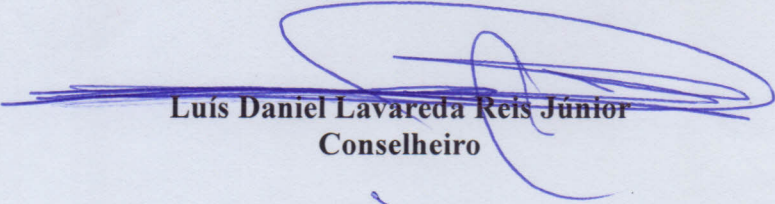
Acompanho a integralidade e adoto como resposta ao consulente o **Parecer nº 05/2015/DAM/TCM**, elaborado pelo órgão técnico deste TCM/PA, trazendo, ainda, com vistas à formulação de uma resposta mais didática ao jurisdicionado, o seguinte detalhamento:

Que por inteligência do art. 29, IX da CF/88 e art. 16, IV, § 2º da Lei Orgânica do município de Augusto Corrêa, é facultado ao Vereador o direito de assumir o cargo de Secretário Municipal, bem como, o de optar pela remuneração que desejar, se pelo subsídio de Vereador ou de Secretário.

Com efeito, se este optar pelo subsídio da vereança, o mesmo permanecerá sob responsabilidade do Poder Legislativo e; se a opção for pelo subsídio do cargo de Secretário Municipal a responsabilidade do pagamento caberá ao Poder Executivo, observando sempre as normas que a Lei Orgânica dispuser

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Belém, 16 de junho de 2015.


Luís Daniel Lavareda Reis Júnior
Conselheiro